

Resenha de: Lawrence Freedman. 2023. *Command: The Politics of Military Operations from Korea to Ukraine*. New York: Oxford University Press, ISBN 978-01-9754-067-1.

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025016, 2025, p. 1-7  
ISSN 2358-3932

---

## YURI DE LIMA RIBEIRO

Lawrence Freedman, um dos mais influentes estudiosos contemporâneos sobre estratégia militar, retoma em *Command: The Politics of Military Operations from Korea to Ukraine* sua preocupação central em pensar a guerra não apenas como fenômeno técnico, mas essencialmente político. O autor argumenta que o comando militar é inseparável das condições históricas, institucionais e democráticas em que se exerce, sendo permanentemente tensionado pela relação entre civis e militares, pela definição (ou ausência) de objetivos políticos realistas e pela necessidade de ajustar operações a contextos estratégicos em constante transformação. Com isso, Freedman reforça a tese de que o sucesso ou fracasso no campo de batalha não depende apenas da competência operacional, mas da capacidade de articular pressões políticas, interesses institucionais e exigências logísticas em situações de crise.

A obra, composta por dezesseis capítulos, percorre diferentes cenários, de guerras coloniais e conflitos limitados da Guerra Fria a insurgências contemporâneas e confrontos de alta intensidade, revelando como o comando militar se apresenta como um problema estrutural das relações civis-militares. Para esta resenha, foram destacados alguns episódios emblemáticos que ilustram de modo mais claro tais dilemas, como o embaixador entre Truman e MacArthur na Guerra da Coreia, a insubordinação de Ariel Sharon em Israel, o fracasso do regime paquistanês no leste em 1971, a intervenção russa na Chechênia, os desafios das coalizões multinacionais em Kosovo e a caçada a Bin Laden em Tora Bora. A seleção desses casos busca ressaltar o fio analítico que atravessa o livro, que é a dificuldade de compatibilizar objetivos políticos e meios militares em diferentes tempos e

---

**Yuri de Lima Ribeiro** é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense; mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande; mestre em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa; graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. É editor-chefe da *Revista Discente de Ciência Política (ZIZ)* do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Orcid.org/0000-0003-2795-8633. E-mail: yurilr@gmail.com

contextos, especialmente em democracias que enfrentam o desafio de assegurar a primazia do comando civil.

Na introdução de sua obra, Lawrence Freedman propõe uma abordagem instigante e diversa sobre o conceito de comando militar, compreendendo-o não apenas como a emissão de ordens, mas como uma prática política por excelência. Ao revelar os paradoxos e tensões inerentes ao ato de comandar, especialmente em contextos de guerra, o autor demonstra que o exercício da autoridade não pode ser reduzido a habilidades táticas ou técnicas. Ele exige sensibilidade estratégica, senso moral e, sobretudo, capacidade de negociação com atores políticos e institucionais diversos. O comando é, portanto, apresentado como um processo dialético, no qual hierarquia e iniciativa convivem em permanente tensão, revelando desde o início a centralidade da política na condução da guerra.

Freedman observa que o ideal de comando heroico e direto, ainda presente em narrativas militares clássicas, mostra-se inadequado diante da realidade contemporânea das operações conjuntas, da guerra irregular e da integração crescente entre esferas civis e militares. A figura de Eisenhower<sup>1</sup> como diplomata-general simboliza esse novo paradigma: mais cooperativo que autoritário, mais político que guerreiro, capaz de articular alianças e liderar em meio à complexidade. Ao recuperar esse exemplo, o autor propõe uma revalorização do “comando político”, não como oportunismo ou carreirismo, mas como dimensão constitutiva e inevitável da ação militar em sociedades democráticas. Essa chave de leitura inicial reconfigura nosso entendimento da liderança em guerra, situando-a em um mundo de conflitos assimétricos, coalizões instáveis e dilemas ético-políticos inescapáveis.

O confronto entre o presidente Harry Truman<sup>2</sup> e o general Douglas MacArthur<sup>3</sup> é analisado como um caso emblemático dos limites do poder militar em democracias constitucionais. Ao revisitar a Guerra da Coreia,<sup>4</sup> Freedman mostra que a tensão entre autoridade civil e comando militar não compromete apenas a eficácia operacional, mas também a legitimidade política das decisões em tempos de guerra. O embate entre um general de prestígio quase lendário e um presidente impopular é reconstruído como narrativa de dilemas institucionais, arrogância pessoal e disputas estratégicas. Mais do que episódio isolado, o caso ilustra como a autonomia excessiva das Forças Armadas e a aura de invencibilidade de certos comandantes podem corroer os princípios fundamentais da subordinação ao poder civil.

A demissão de MacArthur, formalmente motivada por insubordinação, também decorreu de sua incapacidade de reconhecer os limites da Guerra Fria e de seu desprezo pelas diretrizes estratégicas. Ao confundir lealdade institucional com vínculos pessoais, o general abriu espaço para uma retó-

rica perigosa, que questionava a legitimidade do comando civil. O episódio reafirma a importância da obediência militar à ordem democrática e evidencia um paradoxo central da liderança bélica: quando a busca pela vitória não se ancora em objetivos políticos realistas, metas definidas, viáveis e sustentadas por apoio político, o risco de ruptura institucional cresce de forma significativa.

A respeito das guerras coloniais da França na Indochina e na Argélia, Freedman oferece uma crítica incisiva à falta de sintonia entre metas políticas e táticas militares. A ausência de articulação eficiente entre liderança política e alto escalão militar levou a desfechos trágicos, como a derrota em Dien Bien Phu, agravados por rivalidades individuais, desconfiança institucional e subestimação do adversário. O autor observa ainda que o ressentimento entre os militares crescia diante da percepção de serem usados politicamente em missões impopulares, sem respaldo público ou reconhecimento governamental. A análise de personagens reais e fictícios, como Raspéguy, e de episódios como as insurreições militares e a batalha de Argel, ilustra como vitórias táticas eram anuladas por revezes políticos e morais. Ao situar esses casos em conjunto, Freedman evidencia que, em cenários de guerra assimétrica e colonial, a fragilidade do vínculo entre política e comando militar favorece um militarismo desvinculado de objetivos estratégicos claros e democraticamente legitimados.

Na Crise dos Mísseis de Cuba, Freedman realça de forma exemplar os dilemas de comando e controle em um cenário nuclear. A lógica da dissuasão baseava-se na certeza da retaliação automática, mas gerava tensões permanentes entre a necessidade de controle político e a delegação operacional. Ao comparar EUA e União Soviética, o autor demonstra como rigidez hierárquica e falhas de comunicação poderiam ter desencadeado um conflito catastrófico, como no caso dos submarinos soviéticos armados com torpedos nucleares. A preocupação de Kennedy com ações não autorizadas, em contraste com o descaso soviético em relação aos submarinistas enviados sem comunicação adequada, revela os limites da autoridade executiva em crises. Ao destacar as ambiguidades entre ordens formais e iniciativas individuais, Freedman mostra que a guerra nuclear expõe o paradoxo de cadeias de comando a um só tempo excessivamente centralizadas e perigosamente frágeis.

Freedman descreve Ariel Sharon<sup>5</sup> como um comandante eficaz, mas frequentemente insubordinado, que desafiava ordens e atuava com grande autonomia, tanto militar quanto politicamente. Nas guerras de 1967, 1973 e na invasão do Líbano em 1982, combinou coragem e iniciativa com imprudência e desprezo pela cadeia de comando, provocando tensões institucionais e consequências políticas graves. O autor usa esse caso para

alertar sobre os riscos de líderes que colocam suas visões pessoais acima da disciplina democrática, transformando a liderança em autoritarismo e corroendo a legitimidade do comando civil.

A análise da rendição do Paquistão Oriental,<sup>6</sup> em 1971, revela, segundo Freedman, o fracasso estrutural de regimes militares diante de crises complexas. O general Yahya Khan,<sup>7</sup> ao concentrar poder político e militar, aprofundou a desarticulação entre comando e execução, optando por soluções coercitivas em vez de alternativas políticas. A repressão brutal, a subestimação da resistência bengali e o despreparo estratégico das Forças Armadas expuseram a ilusão de eficiência do autoritarismo. Longe de assegurar unidade e ordem, o regime militar fomentou desorganização, isolamento decisório e negligência operacional, culminando em derrota humilhante e desintegração do Estado. Freedman conclui que a centralização autoritária, em vez de coordenar esforços, reforça personalismo, improviso e colapso institucional.

Na análise da ofensiva do Vietnã do Norte em 1972 e da resposta americana, Freedman destaca os dilemas de autoridade e eficácia na cadeia de comando civil-militar dos EUA. Ele evidencia o conflito entre o desejo de controle estratégico de Nixon e as limitações práticas do teatro de operações, ressaltando o papel ambíguo de figuras como o general Abrams e Melvin Laird. A fragmentação da autoridade e a interferência direta da Casa Branca enfraqueceram a resposta militar, expondo de forma clara a tensão estrutural entre objetivos políticos e necessidades militares na Guerra do Vietnã.

Freedman dirige uma crítica contundente à estrutura do Exército do Vietnã do Sul (ARVN), marcada por clientelismo e pelo medo de golpes internos. Essas práticas levaram à nomeação de oficiais incompetentes, ao colapso da moral e à perda de eficácia operacional. Episódios de desorganização, insubordinação e abandono de posições ilustram como a corrupção e o controle autoritário de Thieu corroeram a capacidade defensiva do país. A operação Lam Son 719 surge como exemplo paradigmático dessa disfuncionalidade: sem comando unificado e sob forte interferência política, qualquer possibilidade de sucesso foi sabotada desde o início.

Freedman também analisa a crescente obsessão de Nixon pelo uso do poder aéreo como instrumento coercitivo, mesmo diante de suas limitações táticas. O presidente recorreu a bombardeios estratégicos não apenas para pressionar Hanói, mas para projetar internacionalmente a imagem de liderança firme. Operações como Linebacker e o bloqueio de Haiphong ilustram a militarização da diplomacia, ao mesmo tempo em que evidenciam os riscos de priorizar a aparência de força sobre os resultados efetivos no

campo de batalha. Nesse ponto, a análise de Freedman destaca as contradições de uma guerra conduzida por decisões políticas centralizadas, cadeias de comando fragmentadas e aliados frágeis.

Nos capítulos 10 e 11, Freedman examina as dinâmicas político-militares da Primeira Guerra da Chechênia e da Guerra do Kosovo, revelando dilemas distintos, mas conectados pelo papel central da política no comando militar. Na Chechênia, a intervenção russa foi desastrosa, reflexo da fragmentação estatal e da desorganização do exército pós-soviético. A decisão precipitada de invadir resultou em falhas logísticas, desordem em campo e alta letalidade, simbolizando a decadência militar russa nos anos 1990. Já em Kosovo, o desafio foi coordenar uma coalizão multinacional (OTAN), em que tensões políticas internas, disputas de comando e excesso de cautela limitaram a eficácia da operação. Apesar de forçar a retirada sérvia, a campanha mostrou-se hesitante e dependente de bombardeios aéreos. Em ambos os casos, Freedman demonstra que o comando em guerra é inseparável de fatores políticos e institucionais: seja em um Estado em colapso, seja em uma aliança complexa, decisões são moldadas por disputas de poder, legitimidade e protagonismo.

A partir da análise do capítulo sobre a Batalha de Tora Bora, Lawrence Freedman evidencia de forma crítica a fragilidade da cadeia de comando norte-americana no momento decisivo da caçada a Osama bin Laden, em dezembro de 2001. O autor destaca a tensão entre diferentes atores, em especial o Departamento de Defesa, o Comando Central (Centcom) e a CIA, ressaltando a relutância de Tommy Franks em alterar o modelo de guerra baseado no uso de forças locais apoiadas por ataques aéreos. Essa insistência em evitar o envio de tropas terrestres regulares, somada à burocracia e às disputas internas, permitiu que Bin Laden escapasse, mesmo com informações de inteligência apontando com razoável certeza sua presença em Tora Bora.

Neste abrangente estudo, Lawrence Freedman analisa a complexidade do comando militar em operações desde a Guerra da Coreia até o conflito em curso na Ucrânia, demonstrando que decisões estratégicas são moldadas simultaneamente por fatores políticos e operacionais. A atenção dada à guerra ucraniana, um dos maiores confrontos militares na Europa desde 1945, reforça a atualidade de sua reflexão, que, mesmo em contextos de alta intensidade e tecnologia avançada, dilemas clássicos, como a necessidade de alinhar objetivos políticos realistas com meios militares disponíveis, permanecem centrais. Ao percorrer casos variados, de líderes democráticos a ditadores, de guerras convencionais a insurgências, Freedman evidencia que o sucesso ou fracasso no campo de batalha depende sobretudo da capacidade dos comandantes de articular pressões políticas, relações

civis-militares e desafios logísticos. Ao final, a obra oferece não apenas um panorama histórico, mas uma contribuição para pensar o papel da liderança militar em democracias contemporâneas e em um cenário internacional marcado pela incerteza e pela recorrência de conflitos.

## REFERÊNCIAS

Freedman, Lawrence. 2023. *Command: The Politics of Military Operations from Korea to Ukraine*. New York (NY): Oxford University Press.

Rabe, Stephen G. 2017. *Eisenhower and Latin America. A Companion To Dwight D. Eisenhower*: 435–52.

## NOTAS

1. Dwight David Eisenhower (1890-1969) foi um importante general e político norte-americano. Era visto como uma figura de consenso, estabilidade e moderação, o que ajudou a manter os EUA relativamente estáveis durante um período de grandes tensões internacionais (Rabe 2017).
2. Harry S. Truman (1884-1972) foi o 33º presidente dos Estados Unidos, exercendo o cargo de 1945 a 1953. Sua presidência foi marcada por decisões cruciais que moldaram o mundo pós-Segunda Guerra Mundial.
3. Douglas MacArthur (1880-1964) foi um dos mais importantes generais dos Estados Unidos no século XX, com papel de destaque tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, além de ser uma figura central na Guerra da Coreia.
4. A Guerra da Coreia (1950-1953) opôs as Coreias do Sul e do Norte, com apoio direto dos EUA e da China, em meio à disputa bipolar da Guerra Fria. Tornou-se emblemática porque evidenciou a dificuldade de impor limites a um conflito regional sem escalá-lo para a esfera global, além de ter gerado o célebre embate entre Truman e o general MacArthur, um divisor de águas nas relações civis-militares norte-americanas.
5. Ariel Sharon (1928-2014) foi um dos mais importantes e controversos líderes políticos e militares de Israel. Atuou como general nas principais guerras israelenses do século XX e, mais tarde, como primeiro-ministro de Israel entre 2001 e 2006. Sua trajetória foi marcada por um nacionalismo militar agressivo, mas também por uma virada surpreendente em favor da retirada de territórios ocupados.
6. A rendição do Paquistão Oriental em 1971 resultou na independência de Bangladesh, após meses de repressão violenta contra a população bengali e derrota militar frente à Índia. O episódio tornou-se emblemático porque revelou como a centralização autoritária e a ausência de alternativas políticas corroeram a capacidade estratégica das Forças Armadas paquistanesas.
7. Foi um militar e político paquistanês que exerceu o cargo de presidente do Paquistão de 1969 a 1971.